

COMITÊ DE INVESTIMENTOS
Instituto de Previdência de Feira De Santana – IPFS

ATA 06/2026

REUNIÃO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS

Resolução CMN nº 4.963, de 25 de novembro de 2021

Portaria MTP nº 1467, de 2 de junho de 2022

Decreto Municipal n.º 14.340, de 26 de janeiro de 2026

Data	17/06/2026
Local	Sala de Reunião do IPFS (Avenida Santo Antônio, nº 247 – Capuchinhos – Feira de Santana/BA).
Horário	10:40 às 11:45
Forma de Convocação	Virtual (Whatsapp) com confirmação de presença

Participantes:

1. Felipe Mascarenhas Couto
2. Aramis Gois de Mattos
3. Michele Costa Santos Cerqueira
4. Fábio de Souza Barbosa
5. Midiã Leite dos Santos
6. Wallyson Diogenes (LEMA CONSULTORIA – Video Chamada)

Aos 17 dias do mês de junho de 2026, às 10:40 horas, reuniram-se os membros do Comitê de Investimentos do Instituto, em atendimento à convocação previamente realizada, para deliberar sobre os assuntos constantes na pauta, compreendendo a apresentação do cenário econômico nacional e internacional, a análise técnica dos fundos de investimento pertencentes à carteira do RPPS e a avaliação de estratégias de alocação dos recursos previdenciários.

Iniciada a reunião, o Presidente do Comitê, Sr. Felipe Couto, agradeceu a participação de todos. Agradecemos a presença da Presidente do Instituto de Previdência, Sra Midiã Leite. Foi concedida a palavra ao Sr. Wallyson Diogenes (por vídeo conferência), Consultor Técnico da LEMA Consultoria, responsável pela condução da apresentação técnica, iniciando os trabalhos com a exposição do panorama macroeconômico e, posteriormente, com a análise detalhada dos fundos de renda variável integrantes da carteira do Instituto.

Inicialmente, o consultor apresentou uma avaliação do cenário econômico internacional, destacando que a economia global continua atravessando um processo de desaceleração gradual, reflexo dos efeitos acumulados do ciclo de aperto monetário implementado pelos

principais bancos centrais nos últimos anos. Ressaltou que, embora a inflação venha apresentando desaceleração em diversas economias, seus núcleos permanecem elevados, limitando uma redução mais acelerada das taxas de juros e mantendo elevado o grau de incerteza nos mercados financeiros.

Em relação aos Estados Unidos, foi destacado que a política monetária conduzida pelo Federal Reserve permanece restritiva, mesmo diante das expectativas de redução gradual das taxas de juros ao longo do horizonte. O consultor explicou que o comportamento da inflação e do mercado de trabalho continuará sendo determinante para as próximas decisões da autoridade monetária, motivo pelo qual os mercados permanecem sensíveis à divulgação de indicadores econômicos. Também foram abordadas as tensões geopolíticas envolvendo o Oriente Médio e os riscos relacionados ao comércio internacional, fatores que continuam pressionando cadeias produtivas, elevando a volatilidade dos mercados e podendo gerar novos impactos sobre a inflação global e os preços das commodities, especialmente petróleo e energia.

Na sequência, foi realizada análise do cenário econômico brasileiro. O consultor informou que a economia apresentou crescimento consistente no primeiro trimestre de 2026, sustentado pelo desempenho da agropecuária, indústria, serviços e pelo fortalecimento do consumo das famílias. Entretanto, ressaltou que os indicadores mais recentes já demonstram perda gradual de dinamismo da atividade econômica, evidenciada pela redução do ritmo dos indicadores antecedentes e da confiança dos consumidores.

Também foi destacado que o mercado de trabalho permanece resiliente, com taxa de desemprego em níveis historicamente reduzidos, embora a inflação continue acima do centro da meta estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional. Nesse contexto, explicou-se que o Banco Central vem conduzindo o processo de flexibilização da política monetária de maneira bastante cautelosa, condicionando novos cortes da taxa Selic ao comportamento da inflação, das expectativas inflacionárias e do ambiente fiscal. Destacou-se, ainda, que o atual cenário exige especial atenção dos RPPS, tendo em vista que a meta atuarial permanece vinculada ao IPCA acrescido de taxa real, tornando ainda mais relevante a busca por estratégias que conciliem segurança, rentabilidade e controle dos riscos da carteira.

Concluída a apresentação do cenário macroeconômico, o consultor Wallyson Diógenes iniciou a exposição da análise técnica dos fundos de renda variável pertencentes à carteira do Instituto, abrangendo os fundos CAIXA Consumo FI Ações, CAIXA Infraestrutura FI Ações e BB Ações Bolsa Americana FI Ações, considerando aspectos quantitativos e qualitativos, bem como sua aderência ao cenário econômico e à legislação vigente.

Inicialmente, foram apresentados os indicadores históricos de rentabilidade, volatilidade, Índice de Sharpe e correlação dos fundos com seus respectivos benchmarks. O consultor explicou que tais indicadores permitem avaliar não apenas o retorno obtido pelos ativos, mas também a eficiência da relação risco-retorno e o potencial de diversificação dentro da carteira previdenciária.



No tocante ao BB Ações Bolsa Americana FI Ações, destacou-se que o fundo apresentou o melhor desempenho entre os ativos analisados, registrando retornos superiores aos demais fundos em praticamente todos os períodos avaliados e superando, inclusive, o índice S&P 500 em diversas janelas de análise. Além disso, o fundo apresentou os menores níveis de volatilidade entre os produtos avaliados e os melhores indicadores de Índice de Sharpe, demonstrando maior eficiência na geração de retorno ajustado ao risco. Outro aspecto ressaltado foi sua baixa correlação com os ativos domésticos, característica que amplia o potencial de diversificação da carteira ao reduzir a dependência exclusiva do mercado brasileiro e permitir exposição a diferentes ciclos econômicos internacionais.

Em relação ao CAIXA Consumo FI Ações, verificou-se desempenho significativamente inferior quando comparado ao seu benchmark (ICON), apresentando rentabilidade negativa ou reduzida na maior parte dos períodos analisados. O consultor destacou que o fundo possui elevada volatilidade e Índice de Sharpe negativo, evidenciando baixa eficiência na relação risco-retorno. Também foi demonstrado que sua correlação praticamente perfeita com o índice setorial ICON evidencia forte concentração no segmento de consumo, setor que permanece pressionado pelo ambiente de juros elevados, redução do consumo das famílias e menor crescimento econômico, reduzindo significativamente as perspectivas de geração consistente de valor para a carteira previdenciária.

Quanto ao CAIXA Infraestrutura FI Ações, foi esclarecido que, embora o fundo tenha apresentado rentabilidade positiva em alguns horizontes temporais, seu desempenho permaneceu inferior ao Ibovespa na maior parte dos períodos analisados. Observou-se ainda volatilidade superior ao índice de referência e indicadores de eficiência inferiores, demonstrando que o retorno obtido não compensou adequadamente o risco assumido. Foi destacado que, apesar do potencial estrutural do setor de infraestrutura no longo prazo, o comportamento recente do fundo não justificava sua manutenção sob a ótica da eficiência da carteira.

Na sequência, foi apresentada a matriz de correlação entre os ativos, demonstrando que os fundos CAIXA Consumo e CAIXA Infraestrutura apresentam elevada correlação com o mercado acionário brasileiro e entre si, reduzindo os benefícios de diversificação. Em contrapartida, o BB Ações Bolsa Americana apresentou baixa correlação com os ativos domésticos, reforçando seu papel estratégico na diversificação dos investimentos do RPPS.

O consultor também apresentou as implicações decorrentes da entrada em vigor da Resolução CMN nº 5.272/2025, esclarecendo que os fundos analisados passaram a ser elegíveis apenas para RPPS detentores de certificação institucional Pró-Gestão RPPS em Nível II. Entretanto, explicou que a própria regulamentação estabelece período de até dois anos para adequação das carteiras, motivo pelo qual não há obrigatoriedade de resgate imediato das posições atualmente existentes, permanecendo apenas vedadas novas aplicações nesses ativos.

Ao concluir sua apresentação, o Consultor Técnico destacou que, considerando o atual cenário econômico, caracterizado por juros reais elevados, maior volatilidade dos mercados de renda variável e necessidade de preservação do patrimônio previdenciário, entende-se como

tecnicamente recomendável a realização do resgate integral dos fundos CAIXA Consumo FI Ações e CAIXA Infraestrutura FI Ações, diante do desempenho inferior apresentado, da menor eficiência na relação risco-retorno e do desenquadramento regulatório. Em relação ao BB Ações Bolsa Americana FI Ações, recomendou-se sua manutenção na carteira, tendo em vista o desempenho consistente, o reduzido percentual de participação no patrimônio do RPPS, sua elevada eficiência na relação risco-retorno e sua relevante contribuição para a diversificação dos investimentos. Também foi sugerido que os recursos provenientes dos resgates sejam direcionados para estratégias domésticas de perfil mais conservador, especialmente fundos indexados ao IRF-M 1, fortalecendo a capacidade da carteira de alcançar a meta atuarial com menor exposição aos riscos de mercado.

Encerrada a apresentação, os membros do Comitê promoveram amplo debate acerca das informações apresentadas, esclareceram dúvidas junto ao consultor e registraram ciência das recomendações técnicas, reconhecendo que as decisões futuras deverão observar a evolução do cenário macroeconômico, o comportamento dos mercados financeiros, a legislação aplicável, a Política de Investimentos do Instituto e os princípios da segurança, rentabilidade, solvência, liquidez, motivação e transparência. Nesse sentido, os membros concluíram em diálogo com o consultor, que o momento sugere que os ativos voláteis tanto no segmento da renda fixa quanto renda variável doméstica não devem trazer uma relação risco retorno favorável em 2026 e possivelmente em 2027.

Diante disso, os membros presentes optaram por realizar alterações graduais nas posições, iniciando pela redução de posições nos segmentos IMA-B e IMA-B 5. Especificamente, propuseram resgatar em torno de R\$ 10.000.000,00 do fundo IMA-B e R\$ 7.000.000,00 do fundo IMA-B 5, e destinar esses saldos para fundos CDI e IRF-M 1, respectivamente. Quanto à renda variável, optaram por realizar a movimentação dos ativos no mês subsequente, tempo no qual se providenciará a análise da posição do fundo FIA Consumo, cujo valor de resgate está inferior ao montante aplicado.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião as 11:45, sendo lavrada a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada pelos membros presentes.



Felipe Mascarenhas Couto

Presidente do Comitê Investimentos
Coordenador de Projetos Especiais Nível I
do Gabinete do Prefeito



Fábio de Souza Barbosa

Diretor Adm. e Financeiro do IPFS



Aramis Gois de Mattos

Gestor de Recursos do RPPS



Michele Costa Santos Cerqueira

Chefe de Seção de Controle de Pessoal